

Intersecções Letais e Silenciamento Acadêmico: Violência contra Mulheres Trans e Travestis Negras no Brasil (2014-2024)

Geysa Amaral Sá^{*1}, Francislene Cerqueira de Jesus¹, Aroldo Santos Fernandes Júnior¹

^{*}Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

geysaamaral@hotmail.com

TRABALHOS COMPLETOS – GT 02 – Etnia, Gênero e Diversidade Sexual

RESUMO

Esta revisão sistemática mapeia o estado da arte da produção científica brasileira sobre a violência letal contra travestis e mulheres trans negras, a partir da perspectiva interseccional. A revisão abrange publicações entre 2014 e 2024, localizadas nas bases Portal de Periódicos da CAPES, Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e Banco de Dissertações do PPGREC. Utilizando descritores como "violência", "travesti", "mulher trans" e "interseccionalidade" em português, inglês e espanhol, a busca identificou 118 documentos, dos quais apenas quatro atenderam aos critérios de inclusão. Esse resultado quantitativo é, em si, o achado mais significativo desta revisão: a desproporção entre a magnitude da violência letal que atinge esses corpos e a escassez de produção acadêmica que a analise sob uma lente interseccional revela um silenciamento epistêmico estrutural. Os estudos selecionados evidenciam a predominância de análises voltadas para casos urbanos de grande visibilidade midiática, como o assassinato de Marielle Franco, enquanto as mortes de travestis e mulheres trans negras em contextos periféricos e rurais permanecem academicamente invisibilizadas. Conclui-se que a lacuna identificada não é uma mera insuficiência quantitativa da pesquisa, mas uma forma de violência epistêmica que reproduz, no campo do saber, as mesmas hierarquias de valor entre vidas que operam no campo social.

Palavras-chave: Mulheres Trans e Travestis Negras; Violência Letal; Revisão Sistemática.

Submetido em: 18/10/2025 | **Aceito em:** /11/10/2025

INTRODUÇÃO

Em 2024, pelo décimo sexto ano consecutivo, o Brasil manteve a posição de país que mais assassina pessoas trans no mundo. Segundo o dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2025), 78% das vítimas de assassinato são negras, e a esmagadora maioria habita territórios periféricos, rurais ou de pequeno porte, distantes dos centros urbanos onde a violência eventualmente ganha visibilidade midiática e acadêmica. Esses números não são meras estatísticas abstratas: são a expressão quantificável de um projeto histórico

de extermínio que opera na interseção de raça, gênero, classe, sexualidade e território, produzindo o que Patricia Hill Collins (2024) denomina intersecções letais — cruzamentos sinérgicos de sistemas de opressão que culminam, com frequência devastadora, em mortes prematuras e evitáveis.

A violência letal contra travestis e mulheres trans negras não é acidental nem episódica: é estrutural, enraizada nos legados do colonialismo, da escravização e dos regimes autoritários que moldaram a formação social brasileira. Como demonstram Quijano (2000) e Lugones (2008), o sistema moderno/colonial de gênero impôs uma classificação binária, hierárquica e heterocisgênera que desumaniza e torna descartáveis os corpos que transgridem simultaneamente as fronteiras da raça e do gênero. No Brasil contemporâneo, essa herança colonial se materializa em uma necropolítica cotidiana (Mbembe, 2018) que não precisa de decretos formais para operar: basta a omissão do Estado, a precarização das políticas públicas de proteção e o silenciamento sistemático das vozes e das mortes desses sujeitos.

Diante da magnitude dessa violência, seria razoável esperar que a produção acadêmica brasileira, especialmente nos campos dos Estudos de Gênero, das Relações Étnico-Raciais e da Teoria Interseccional, tivesse acumulado, ao longo da última década, um corpo robusto de investigações dedicadas a compreender os mecanismos que produzem a letalidade contra travestis e mulheres trans negras. No entanto, esta revisão sistemática revela um cenário radicalmente distinto: a academia brasileira reproduz, no campo epistêmico, o mesmo silenciamento que opera no campo social. De 118 documentos identificados nas principais bases de dados nacionais entre 2014 e 2024, apenas quatro atenderam aos critérios de inclusão desta revisão — e, desses, nenhum tem como objeto central a análise interseccional da violência letal contra travestis negras. A lacuna não é um acaso metodológico; é um sintoma.

Esse silenciamento acadêmico constitui o que Sueli Carneiro (2005) denomina epistemicídio: a negação sistemática da capacidade de determinados sujeitos de produzir conhecimento válido e, simultaneamente, a recusa em torná-los objetos dignos de investigação científica. Quando a academia não pesquisa

as mortes de travestis negras em cidades como Jequié (Bahia), Manoel Vitorino (Bahia)¹ ou Maceió (Alagoas), ela não está simplesmente "deixando de fazer pesquisa"; está ativamente produzindo uma hierarquia de valor entre vidas, na qual certas mortes são consideradas dignas de luto, análise e memória, enquanto outras são relegadas ao esquecimento e à naturalização. Como argumenta Judith Butler (2004), a distribuição desigual do luto público define quais vidas são reconhecidas como plenamente humanas e quais são tratadas como descartáveis.

A presente revisão toma como eixo teórico central o conceito de intersecções letais, proposto por Patricia Hill Collins (2024) na obra *Intersecções Letais: Raça, Gênero e Violência*. Collins emprega esse conceito para iluminar como os sistemas de opressão, tais como racismo, sexismo, transfobia, classismo e desigualdade territorial, não operam de forma isolada ou meramente aditiva, mas se entrelaçam de forma sinérgica, potencializando-se mutuamente e produzindo zonas de descartabilidade onde a morte se torna não apenas possível, mas provável e impune. O assassinato de Marielle Franco, feminista negra, vereadora e ativista de sexualidade dissidente², é destacado por Collins (2024) como exemplo emblemático de intersecção letal cuidadosamente planejada para silenciar vozes que desafiam relações de poder patriarcais e milicianas. No entanto, se o caso de Marielle, uma figura pública de enorme visibilidade, mobilizou comoção nacional e internacional, as mortes cotidianas de travestis negras em territórios periféricos seguem operando sob o regime do silêncio absoluto: sem cobertura midiática, sem investigação policial efetiva e, como esta revisão demonstra, sem atenção acadêmica.

É precisamente nessa lacuna que esta pesquisa se insere. Vinculada aos Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e à Teoria Interseccional, com atenção especial

¹ A menção às cidades de Jequié e Manoel Vitorino, situadas no interior da Bahia, remete ao caso de uma travesti negra brutalmente assassinada em 2019, um crime ainda não elucidado, cuja trajetória de vida e morte se tornou o ponto de partida da pesquisa que deu origem a esta revisão sistemática.

² Segundo o Autor Guillermo Núñez Noriega (2011), dentro do campo sexual, a dissidência constitui um ato de resistência contra normas heterossexistas e androcêntricas, evidenciando realidades de gênero e sexualidade que dissentem do modelo dominante e afirmam outras possibilidades de existência.

a contextos periféricos historicamente negligenciados, como o município de Jequié, na Bahia, a revisão é guiada pela seguinte pergunta: De que forma a produção acadêmica brasileira tem analisado (ou silenciado) a violência letal contra travestis e mulheres trans negras, em articulação com os sistemas interseccionais de poder? O objetivo não é apenas mapear o que existe, mas, sobretudo, nomear e problematizar o que não existe, transformando a ausência em dado analítico e o silenciamento em objeto de crítica.

Ao evidenciar essa lacuna, a revisão cumpre uma dupla função: por um lado, denuncia a cumplicidade epistêmica da academia com a necropolítica que atinge corpos trans e travestis negros; por outro, fundamenta a urgência de pesquisas futuras que se comprometam com abordagens interseccionais territorializadas, capazes de conferir existência acadêmica e, portanto, política a vidas que o silêncio institucional insiste em apagar. Como propõe Collins (2024), é tempo de ampliar as lentes analíticas para o Sul Global, conferindo visibilidade a realidades marcadas por intersecções letais e fomentando ações que convertam o silêncio imposto em solidariedade coletiva e mobilização transformadora.

METODOLOGIA

A revisão sistemática foi conduzida por meio de um levantamento de 118 documentos publicados entre 2014 e 2024 em três bases de dados acadêmicas, conforme detalhado a seguir:

Quadro 1. Estratégias de busca empregadas e os critérios de filtragem aplicados na revisão.

Base de Dados	Estratégia de busca	Filtros Aplicados
Portal de Periódicos da CAPES (79 estudos identificados)	Título: ("Violência Estrutural" OR Violência OR Violence OR Violencia) AND Título: (Travesti OR "Mulher Transexual" OR "Trans Woman" OR "Mujer Transexual") AND Qualquer campo (interseccionalidade OR interseccionality OR Interseccionalidad)	Publicações revisadas por pares, período 2015-2024
Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (14 estudos identificados)	1ª busca: Violência, travestis, interseccionalidade	Acesso Gratuito
Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (17 estudos identificados)	2ª busca: Violência, diversidade sexual, Interseccionalidade	

Banco de Dissertações PPGREC (09 estudos identificados)	Seleção temática manual das dissertações com base na relevância para violência, travestis negras, e interseccionalidade, sem uso de palavras-chave formais.	Período 2014-2024, limitado a dissertações do programa de mestrado PPGREC
---	--	--

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Esta revisão sistemática seguiu as diretrizes do PRISMA (2020) para identificar estudos relevantes sobre violência letal e interseccionalidade contra travestis e mulheres trans negras no Brasil. Foram identificados 118 documentos nas bases Portal de Periódicos da CAPES (n=79) Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (n=30) e Banco de Dissertações PPGREC (n=9), entre 2014 e 2024. Após a exclusão de 44 documentos por duplicidade ou irrelevância nos títulos, outros 44 por inadequação dos resumos e mais 11 por critérios como ausência de texto completo ou falta de abordagem interseccional, quatro estudos emergiram como centrais: Silva (2016), Caires (2023), Almada (2023) e Gomes (2023). Esses estudos foram organizados em duas categorias temáticas, definidas com base na análise de seus objetivos e achados: Casos de Grande Visibilidade (três estudos focados em figuras como Marielle Franco) e de Violência Letal contra Mulheres Trans e Travestis (um estudo abordando a morte violenta de uma travesti). Detalhes dos estudos são apresentados na seção de Resultados e Discussões (Quadro 2).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O silêncio como dado: a desproporção entre violência e produção acadêmica

O resultado mais significativo desta revisão sistemática não reside nos quatro estudos selecionados, mas na magnitude do que foi excluído — e, sobretudo, do que sequer existe. De um universo inicial de 118 documentos identificados nas três bases de dados consultadas, apenas quatro atenderam aos critérios de inclusão que exigiam a articulação entre violência letal, corpos trans/travestis e perspectiva interseccional. Esse dado quantitativo, aparentemente simples, constitui o achado central desta pesquisa: em uma década de produção acadêmica (2014-2024), no país que lidera os índices globais de assassinato de pessoas trans, a comunidade científica brasileira produziu uma

quantidade irrisória de investigações que analisem essas mortes sob uma lente interseccional.

Essa desproporção entre a magnitude da violência e a escassez de sua análise acadêmica não pode ser interpretada como mera insuficiência quantitativa ou como um campo "ainda em desenvolvimento". Trata-se de um silenciamento epistêmico ativo, que opera por meio de escolhas temáticas, hierarquias de financiamento, critérios de relevância e dinâmicas de prestígio acadêmico que definem quais mortes merecem ser investigadas e quais são relegadas à condição de não-acontecimento. Como argumenta Sueli Carneiro (2005), o epistemicídio não se limita à negação do direito de produzir conhecimento; ele se estende à recusa em tornar determinados sujeitos e suas experiências objetos dignos de investigação científica.

Os quatro estudos que emergiram do processo de seleção foram organizados em duas categorias temáticas, definidas com base na análise de seus objetivos, achados e limitações: Casos de Grande Visibilidade (três estudos) e Violência Letal Direta contra Travestis (um estudo). A tabela abaixo sintetiza os achados:

Quadro 2. Revisão de Literatura - Resultado dos estudos selecionados nas bases de dados.

Categoria	Estudos	Foco Principal	Relação com a Violência Letal contra Travestis Negras
1. Casos de Grande Visibilidade	Caires (2023), Almada (2023), Gomes (2023)	Violências institucionais, políticas e interseccionais em contextos urbanos	Secundária: mobilizam Marielle Franco como símbolo, mas não analisam mortes de travestis
2. Violência Letal Direta	Silva (2016)	Ativismo de travestis e transexuais em Maceió	Parcial: inclui o caso de Soraia, mas a letalidade é tratada de forma periférica

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Categoria 1: Casos de Grande Visibilidade — A centralidade de Marielle e o eclipse das margens

Os três primeiros estudos selecionados — Caires (2023), Almada (2023) e Gomes (2023) — compartilham uma característica estrutural: embora mobilizem a interseccionalidade como ferramenta analítica e reconheçam a vulnerabilidade de corpos trans e travestis negros, nenhum deles tem como objeto central a análise da violência letal contra esses sujeitos. A letalidade aparece como dado contextual, como estatística citada de passagem ou como referência simbólica ao caso de Marielle Franco, nunca como fenômeno a ser investigado em profundidade.

Caires (2023), ao analisar trajetórias de jovens mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais em acolhimento institucional, demonstra como gênero, raça, sexualidade e classe moldam a violência institucional cotidiana. O estudo cita os 167 assassinatos de pessoas trans no Brasil em 2018 e menciona Marielle Franco como "símbolo de resistência, vítima de violência letal por sua identidade negra, lésbica e periférica" (Caires, 2023, p. 138-139). Contudo, a letalidade permanece como horizonte de ameaça, não como objeto de análise. As violências investigadas são as do acolhimento institucional: silenciamento, imposição de normas cisgêneras e heteronormativas, negligência. A morte violenta é mencionada, mas não analisada.

Almada (2023), ao investigar a (in)segurança de pessoas LGBTI em periferias do Rio de Janeiro, avança na territorialização da análise, demonstrando como o controle miliciano em Campo Grande amplifica os riscos para travestis negras. O estudo mobiliza dados da ANTRA (175 assassinatos em 2020) e conecta a precariedade das políticas públicas, como o desmonte do programa Rio Sem Homofobia, ao aumento da vulnerabilidade letal. No entanto, o foco permanece em um bairro específico da capital fluminense, e o assassinato de Marielle Franco é novamente invocado como caso paradigmático de violência interseccional. Contextos periféricos fora dos grandes centros urbanos, como o interior da Bahia, permanecem fora do alcance analítico.

Gomes (2023), ao analisar candidaturas feministas e antirracistas em Belo Horizonte, utiliza o caso de Marielle para ilustrar como a violência política é intensificada pela intersecção de gênero, raça e sexualidade. Embora reconheça que mulheres trans e negras enfrentam violência mais intensa, o estudo não aborda a letalidade contra travestis como fenômeno específico, mantendo-se no campo da violência política institucional.

A recorrência de Marielle Franco como referência central nesses três estudos revela uma dinâmica paradoxal: por um lado, seu assassinato efetivamente mobilizou a academia para pensar a violência interseccional; por outro, a concentração analítica em um caso de enorme visibilidade midiática produziu um efeito de eclipse sobre as mortes cotidianas de travestis negras que não possuem capital político, social ou midiático. Marielle era vereadora, feminista reconhecida, figura pública com projeção nacional. As travestis negras assassinadas em Jequié, em Maceió ou em qualquer cidade do interior não possuem essa visibilidade e, como esta revisão demonstra, tampouco possuem visibilidade acadêmica.

É fundamental reconhecer que Marielle Franco era uma mulher cisgênera e bissexual, não uma travesti ou mulher trans. Sua presença nos estudos pré-selecionados e na obra de Collins (2024) opera, nesta revisão, como um contraponto analítico: é precisamente a ampla visibilidade de seu caso que, ao ser colocada em contraste com o silêncio absoluto sobre as mortes de travestis negras periféricas, evidencia a hierarquia de valor entre vidas que estrutura tanto o campo social quanto o campo acadêmico. Certas mortes produzem comoção, investigação, memória e produção científica; outras produzem apenas silêncio. Como argumenta Butler (2004), essa distribuição desigual do luto público é uma tecnologia de poder que define quais vidas são reconhecidas como plenamente humanas.

Categoria 2: Violência Letal Direta — O caso de Soraia e os limites da abordagem periférica

Na segunda categoria, destaca-se o trabalho de Silva (2016), único estudo identificado nesta revisão que aborda diretamente a morte violenta de uma

travesti negra. A pesquisa analisa o ativismo político de travestis e transexuais em Maceió (Alagoas), por meio da Associação das Travestis e Transexuais de Alagoas (ASTAL), e inclui a narrativa do assassinato de Soraia, uma travesti negra submetida a torturas extremas que culminaram em sua morte após dias de sofrimento.

Silva (2016) reconhece que a interseção de raça, gênero e classe agrava a precariedade vivida por travestis negras, corpos tornados "ininteligíveis" e desumanizados pelo Estado e pela sociedade (Butler, 1990). A pesquisa denuncia a transfobia institucional materializada, por exemplo, nos registros civis que não reconhecem o nome social e a subnotificação sistemática de crimes contra travestis, que impede a produção de dados confiáveis sobre a letalidade. Contudo, a violência letal é tratada de forma secundária e periférica dentro de uma investigação mais ampla sobre ativismo e cidadania. O caso de Soraia aparece como ilustração de um contexto de violência, não como objeto de análise interseccional aprofundada.

Essa limitação é analiticamente significativa. Mesmo o único estudo que toca diretamente na morte de uma travesti negra não a toma como fenômeno central a ser explicado. A letalidade permanece como pano de fundo, como condição existencial naturalizada, e não como problema de pesquisa que demande explicação teórica e investigação empírica rigorosa. Isso confirma a hipótese central desta revisão: a violência letal contra travestis negras é tão normalizada no tecido social brasileiro que mesmo a academia, quando eventualmente se aproxima do tema, não consegue (ou não se dispõe a) convertê-la em objeto de análise com a mesma densidade que dedica a outros fenômenos.

SÍNTESE ANALÍTICA: A LACUNA COMO PRODUÇÃO ATIVA DE INVISIBILIDADE

Os achados desta revisão sistemática permitem formular três conclusões articuladas:

A primeira conclusão é que a produção acadêmica brasileira sobre violência letal contra travestis e mulheres trans negras, sob perspectiva interseccional, é quantitativamente irrisória e qualitativamente insuficiente. Em dez

anos de publicações, nenhum estudo identificado nas bases consultadas toma como objeto central a análise interseccional da letalidade contra esses corpos. A violência letal aparece sempre como dado secundário, como estatística contextual ou como referência simbólica a casos de grande visibilidade.

A segunda conclusão é que existe uma hierarquia geopolítica do conhecimento que privilegia contextos urbanos, capitais e casos midiáticos em detrimento de territórios periféricos, rurais e interioranos. Os quatro estudos selecionados analisam realidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Maceió — todas capitais ou grandes centros. Municípios como Jequié (Bahia), onde travestis negras são assassinadas sem qualquer repercussão, permanecem como territórios epistêmicos vazios: lugares onde a violência acontece, mas onde o conhecimento acadêmico não chega.

A terceira conclusão é que esse silenciamento não é neutro nem acidental: é uma forma de violência epistêmica (Carneiro, 2005) que reproduz, no campo do saber, as mesmas hierarquias de descartabilidade que operam no campo social. Quando a academia não investiga as mortes de travestis negras em contextos periféricos, ela contribui ativamente para a manutenção de um regime de invisibilidade que naturaliza essas mortes, impede a formulação de políticas públicas de proteção e perpetua o ciclo de impunidade. O silêncio acadêmico não é ausência de ação; é uma ação de silenciamento que possui efeitos materiais sobre a vida e a morte de corpos reais.

Esses achados fundamentam a urgência de pesquisas futuras que se comprometam com abordagens interseccionais territorializadas e situadas, capazes de conferir existência acadêmica e política vidas que o silêncio institucional insiste em apagar. É nessa lacuna que se insere a pesquisa mais ampla da qual esta revisão faz parte: a análise interseccional da trajetória de vida e da morte violenta de uma travesti negra no interior da Bahia, tomando o caso não como exceção, mas como expressão paradigmática das intersecções letais que estruturam o cotidiano de corpos trans e travestis negros no Brasil.

REFERÊNCIAS



ALMADA, H. R. A. **As experiências de pessoas dissidentes na periferia: um olhar sobre a política de (in)segurança que atravessa a população LGBTI**. 2023. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

BENEVIDES, Bruna. **Dossiê dos assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024**. Rio de Janeiro: ANTRA, 2025.

BUTLER, Judith. **Precarious Life: The Powers of Mourning and Violence**. London: Verso, 2004.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. New York: Routledge, 1990.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CAIRES, R. B. **Trajetórias de jovens mulheres LBT: memórias de (des)acolhimento institucional**. 2023. 224 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Condição Humana) – Centro de Ciências Humanas e Biológicas, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2023.

COLLINS, Patricia Hill. **Intersecções letais: raça, gênero e violência**/Patricia Hill Collins; tradução Heci Regina Candiani. -1.ed.-São Paulo: Boitempo, 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. *University of Chicago Legal Forum*, v. 1989, n. 1, p. 139–167, 1989.

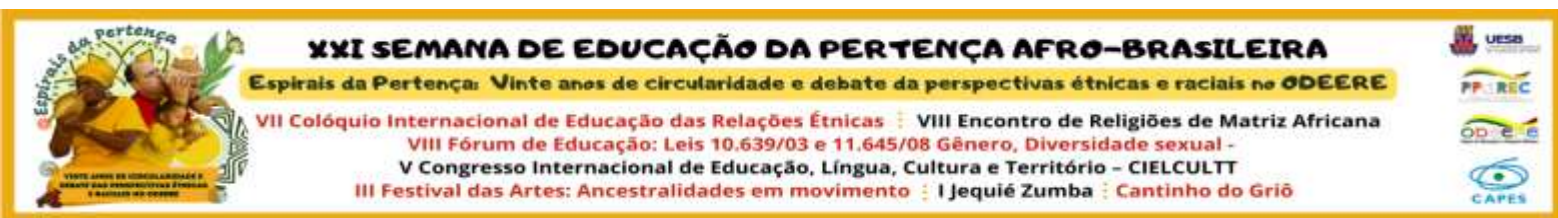
GOMES, L. F. A. **Candidaturas feministas e antirracistas ao poder legislativo municipal de Belo Horizonte - MG: uma análise interseccional**. 2023. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

JESUS, J. G. **Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio**. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 41, p. 113-138, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/5XzY8Z7Q4Y6Z3Z3Y6Z3Y6Z3/?lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2025.

LUGONES, María. **Colonialidad y género**. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 9, p. 73-101, jul./dez. 2008.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 117-142.



SILVA, Carolina Cavalcante Lins. **Da luta pela vida à busca pela cidadania: o ativismo político de travestis e transexuais na cidade de Maceió-AL**. 2016. 145f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.